



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição Justiça redação

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 133/2025

Autoria: Deputado Rozenha

Relator: Deputado Delegado Péricles

INSTITUI o Dia Estadual do Acolhimento
do Paciente Oncológico.

I - RELATÓRIO:

Em 2025, o Deputado Rozenha apresentou o Projeto de Lei de nº 133/2025, o qual institui o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico.

A justificativa do referido projeto encontra-se anexa.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos legal, nos termos do disposto no Art. 27, inc. I, c/c Art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando os nobres pares desta Comissão e ao douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer deste relator.

É o breve relatório. Passo a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO:

O Projeto de Lei de n. 133/2025, institui o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico.





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição Justiça redação

Consoante Justificação, o Deputado fundamenta a sua proposição, em breve síntese, na importância em instituir o Dia Estadual do Acolhimento do Paciente Oncológico, a ser celebrado anualmente no dia 8 de abril no Estado do Amazonas.

O presente Projeto de Lei - PL visa garantir o direito dos pacientes oncológicos, respeitando dispositivo constitucional previsto no art. 196 da Constituição federal de 1988- CRFB/88.

Assim como, em consonância com o art.6º da CRFB/88, a saúde é considerada direito social, o qual deve ser garantido pelo Estado, conforme caso em análise que resguarda esse direito dos pacientes oncológicos.

Quanto à competência para legislar sobre este assunto, sabe-se que o art.24. XII, da CRFB/88 autoriza criação de leis que visam a defesa da saúde, conforme o caso em arguição. Artigo suscitado:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Sendo assim, encontra-se totalmente ancorada na competência concorrente, insculpida na Carta Magna Federal e Estadual.

Desta feita, como o Projeto de Lei em destaque está de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei. Cumprindo então com seu escopo referente ao controle preventivo político.

III – CONCLUSÃO:

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil

  assembleiaam www.ale.am.gov.br





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Comissão de Constituição Justiça redação

Diante de todo o exposto, considerando que a presente proposição tramita em conformidade com a legislação, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 133/2025, de acordo com a Comissão.

É o parecer

S.M.J

Manaus, 24 de abril de 2025.

DEPUTADO DELEGADO PÉRICLES

Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - EM 24/04/2025 13:08:34

